

REVISTA TERRA

A VOZ DO SECTOR AGRO-AMBIENTAL

ENTREVISTA:

"A PROVÍNCIA
DO NIASA
TEM TODO O
POTENCIAL PARA
SER CELEIRO DO
PAÍS"



Periodicidade: Mensal | Edição 1 | Ano I - Setembro de 2023 | Editor: William Mapote

Para onde vai a nossa terra

Em consultas públicas desde Julho, o governo e diversos grupos de interesse vão lançando dados para influenciar mudanças na lei de um dos bens mais valiosos da conquista nacional.



**INVESTIMENTO AGRÍCOLA
EM CONTRA-MÃO**

Estudo do FMO analisou as contas públicas e revela que, contrariamente à retórica oficial, a produção de comida está em segundo plano, comparado com as culturas não alimentares.

COMPRE TRACTORES

Novos

OU

Recondicionados

e Respectivas

Alfaias



**Para
Encomenda
Contacte-nos**

terramagazinemz@gmail.com

CONTEÚDOS



06 PARA ONDE A LEI LEVA A TERRA (?)

Terminou na semana finda a primeira fase de de auscultação do processo de revisão da Lei de Terras. Ao longo de dois meses e meio foram ouvidos diversos segmentos da sociedade e grupos de interesse, contudo, ainda não há clareza sobre o que será a proposta final a ser levada para aprovação do Conselho de Ministros.

11 MUDANÇAS CLIMÁTICAS: UM DESAFIO PARA AGRICULTORES

Agricultores do sector familiar vivem momentos de incertezas por conta das mudanças climáticas. Com a chuva e o calor a acontecerem cada vez mais fora de época, o período para as sementeiras ficou baralhado.

16 GOVERNO DÁ POUCA ÊNFASE À PRODUÇÃO DE COMIDA

Estudo do Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) fez as contas e conclui que, contrariamente à retórica oficial, o governo aposta mais na produção de culturas para exportação e menos na comida.

18 FRACA ABSORÇÃO CONTINUA A GERAR DESPERDÍCIO DE FRUTA

Na província de Inhambane, uma das maiores produtoras de citrinos no país, este foi um dos anos de maior produção, contudo, a fraca absorção e ligação aos mercados, continua a levar muita fruta para o lixo.

22 VILANCULO ABRE ÉPOCA DE PESCA ARTESANAL

O distrito de Vilanculo, na província de Inhambane, abriu época de pesca artesanal, onde espera capturar mais de quatro mil toneladas de pescado para abastecer o mercado nacional.



09

GUERRA CONTRA O MANGAL NA ZAMBÉZIA

Em Inhangome, um dos bairros da capital da Zambézia, uma das províncias que mais sofrem com a destruição do mangal, há um retrato de devastação que acontece em nome do combate a pobreza.



13

“NIASSA TEM POTENCIALIDADE PARA ALIMENTAR O PAÍS”

Em entrevista, Eline Judite Massangela, governadora da província do Niassa, fala das potencialidades, do ponto de situação da produção e oportunidades para investimentos.



26

BIODIVERSIDADE COM NOVO FUNDO GLOBAL

O fundo foi concebido para mobilizar e acelerar o investimento na conservação e sustentabilidade de espécies e ecossistemas selvagens.

Aceda a nossa
plataforma
online através do
www.revistaterra.co.mz



Ficha técnica

Propriedade

WISE Communication Lda

Publicação:



Revista Terra

Rua da Resistencia n.º
1642, 3º Andar, Porta M
Telef.: +258842399758,
+258847344482 e
+258821233910

Email: terramagazinemz@gmail.com

Registo sob n.º
122/GABINFO/
DEPC/210/2022

Editor

William F. Mapote

Redacção:

William Mapote
Julio Armino F.
Guilherme FM
Israel Falcão

Colaboradores permanentes:

Arcelino S. Cumbi
(Inhambane)

Nordino Gabriel (Cabo Delgado)

Carma S. (Nampula)

Revisor Linguístico:
AR&Servicos SU

Maquetização
Suaimagem Lda

Fotografia
Albino Mahumana

Online
Rui Baltazar

Webdesign
Rui Baltazar

website: www.
revistaterra.co.mz

Twitter:
@revistaterramz

Nota do Editor

E-mail: wilpote@gmail.com

*E porque
não basta a
boa vontade
que temos,
espera-
mos contar
com apoio
daqueles
que já estão
na linha da
frente para
juntos tril-
harmos este
caminho*

O dia 1 de Setembro de 2023 marca o início da nossa caminhada como um dos actores da liberdade de expressão e de imprensa, esta conquista que, através da Constituição de 1990, abriu espaço para este mosaico da comunicação social (em particular) que o país contém.

O nosso primeiro passo começou na plataforma Online onde, desde Janeiro deste ano, fomos percorrendo as etapas e, dia-a-dia, noticiamos factos do país para o mundo e do mundo para o país, daquilo que é o nosso foco: o sector agrário e o meio ambiente.

Consolidada a plataforma Online, iniciamos agora a segunda etapa, que é a publicação Digital.

Uma vez por mês, nesta plataforma, queremos estender o que fazemos Online: ser **A Voz do Agro e Meio Ambiente**, retractando o país, em particular, e o mundo, em geral, através de **Notícias, Reportagens, Análises, Opiniões e Estudos**.

Com rigor, neutralidade, profissionalismo e dento-logia profissional, colocamos o jornalismo ao serviço do sector agrário e meio ambiente, duas áreas que demandam, à mesma medida, de esforços e contribuições multiformes para garantir a sustentabilidade nacional e global.

Somos mais uma mão para, através da informação e comunicação, contribuir para estender a luta que vem sendo desenvolvida por diversas instituições, quer governamentais, quer não governamentais; Agências das Nações Unidas, movimento cívico, Fundações, filantropos, instituições financeiras, empresas, academia, comunidades e tantos outros singulares e colectivos.

E porque não basta a boa vontade que temos, esperamos contar com apoio daqueles que já estão na linha da frente, para juntos trilharmos este caminho.

Quem somos

Somos um órgão de informação privado e independente, oficializado através do registo n.º 122/ GABINFO/DEPC/210/2022.

Somos um pequeno grupo de profissionais de comunicação social, sem qualquer alinhamento político nem suporte de qualquer grupo empresarial.

O nosso compromisso é com os factos, a verdade, a liberdade e a sustentabilidade e esperamos contar com apoio de todos aqueles que são amantes e defensores destes princípios.



William Mapote
Editor

Para onde a Lei leva a terra (?)

Depois de 26 anos de vigência, a Lei de Terras vai à revisão. A nova reforma reacende, ainda que de forma subtil, os lobbies de alguns grupos de interesse que querem uma abertura para reduzir o paternalismo do Estado sobre a terra e tornar o Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) um instrumento que garanta ao titular o poder de transaccionar (oficialmente) ou usá-la como instrumento de garantia em negócios.

William Mapote

O Governo lançou, no passado mês de Junho, o processo de auscultação pública sobre a revisão da Lei de Terras, aprovada há quase 26 anos e celebrada com triunfalismo por vários sectores que viam nela um modelo progressista de defesa e salvaguarda da terra como um bem público.

Oficialmente, o Executivo justifica a reforma com a necessidade de adequar o instrumento às novas dinâmicas, impostas não só pelas mudanças climáticas, que demandam melhor planificação e ordenamento territorial, mas também pela necessidade de se responder de forma adequada aos desafios sociais e económicos.

Em meio a dúvidas sobre o que será a versão final da proposta a ser levada à aprovação pelo Conselho de Ministros, facto que poderá acontecer até ao final do presente ano, há uma garantia que o Governo diz ser para manter.

“A terra é propriedade do Estado e assim continuará a ser”, vincou a Ministra da Terra e Ambiente, Ivette Maibaze, falando recentemente num painel inserido no II Congresso Lusófono de Educação Ambiental, que decorreu em Maputo.

Ainda assim, pelos sinais já emitidos, o Governo pretende flexibilizar a Lei, de modo a que se possa olhar

para o investimento internacional na terra de outra forma, evitando a repetição de casos como o ProSavana, um projecto tripartido entre Moçambique-Brasil-Japão, que depois de promessas de revolucionar o sector agrário à moda do Serrado brasileiro, acabou sucumbindo, em parte, pela pressão do movimento cívico, por conta das suspeitas de expropriações de terra.

“Tendo em conta o desenvolvimento económico que o país está a registar nos últimos tempos, era preciso que, neste processo de ocupação territorial vs necessidade de mais terra para desenvolvimento da nossa economia, tivéssemos que actualizar a nossa legislação, para garantir que esses empreendimentos tenham acesso a esse recurso bem precioso para o desenvolvimento do nosso país”, explicou a Ministra da Terra.

A primeira versão (draft zero) do anteprojecto de lei submetido à auscultação pública alarga um pouco mais o leque sobre a relação entre o capital e a terra na futura lei.

“Impõe-se que a terra e os recursos naturais sirvam como fonte de geração de riqueza e de alavanca para a transformação económica e social do país, através da garantia do acesso equitativo, segurança de posse e uso sustentável da terra e



Membros da Comissão de Revisão da Lei em uma das sessões de auscultação pública



Líderes tradicionais entre o grupo de auscultados

outros recursos naturais, tanto dos camponeses moçambicanos como dos investidores nacionais e estrangeiros”, lê-se no documento por nós consultado.

GUERRA PELA TERRA

A guerra entre as comunidades, o movimento cívico e as empresas multinacionais pela terra vêm ganhando forma há década e meia. Para além do ‘caso ProSavana’, a comunidade de Cateme, distrito de Moatize, na província de Tete, tornou-se célebre após ser transferida para dar lugar à exploração de carvão pela mineradora brasileira Vale.

Os casos já registados fizeram soar os alarmes sobre as regras de conciliação entre o desenvolvimento económico e o direito adquirido que a Lei concede às comunidades. Este é um dos aspectos que, segundo a Comissão da Revisão, se pretende resolver com a reforma legal, cujo processo está em marcha.

“Uma das novidades é como começamos a encarar os reassentamentos, no âmbito da implementação dos grandes projectos, para garantir os direitos adquiridos pelas comunidades”, avançou André

Calengo, coordenador do processo de revisão do pacote legislativo de terras, no lançamento da auscultação.

E acrescentou: “O princípio que se pretende é de que o reassentamento não deve ser a regra, deve ser evitado. Isto significa que deve ser encontrado um cenário onde os investidores, os projectos, possam partilhar, coabitar com as comunidades, ou seja, integrá-las nas áreas dos projectos”.

O documento lançado para auscultação pública introduz, no número 2 do artigo 37, o elemento “justa indemnização e transparente”, para compensar as comunidades ou famílias afectadas por projectos “para a exploração de recursos naturais ou para implementação de outras actividades económicas”.

A proposta aponta a “justa indemnização” como um pagamento que visa cobrir “não só o valor real e actual dos bens expropriados, à data do pagamento, como também os danos emergentes e os lucros cessantes”.

Por outro lado, propõe que os desalojados devem beneficiar de um “apoio ao desenvolvimento de actividades visando o restabeleci-

mento do nível de renda, padrão de vida igual ou superior ao anterior, incluindo a segurança alimentar e nutricional”.

CONSULTAS COMUNITÁRIAS

O sector empresarial saúda a revisão em curso e entende ser momento de se acabar com as burocracias inerentes à auscultação pública no processo referente ao acesso à terra para fins de investimento.

Jurista e empresário, Jorge Chacate diz que o objectivo de transformar a terra num factor de atracção de investimento encontra nas incongruências da própria lei um grande desafio, a começar pela obrigatoriedade de consulta pública no modelo actualmente em curso, que, no seu entender, mina o princípio de que a terra pertence ao Estado.

“É tanta gente envolvida que chega a trazer morosidade ao processo. Acho que devemos escolher: ou negociamos com o Estado ou com as comunidades”, resumiu.

MULHER NO CENTRO DO DEBATE

Organizações nacionais que defendem os interesses do género entendem que a futura lei deve olhar para o direito da mulher de outra

maneira, saindo do actual “machismo” e marginalização.

“A principal preocupação tem a ver com a protecção dos direitos da mulher à terra, numa altura em que estamos no meio de várias crises, nomeadamente, as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade, como também a questão do conflito político-militar na região norte do país”, referiu Uacitissa Mandamule, pesquisadora do Observatório do Meio Rural (OMR), realçando a ausência de respostas no ante-projecto de revisão da Lei de Terras.

“Não só verificamos que há um vazio no documento, em relação à protecção dos direitos das mulheres, mas também em relação a estas matérias neste draft (zero)”, frisou, durante uma conferência sobre “Mulheres e o Direito de Acesso à Terra em Contextos de Crise”.

De acordo com dados disponíveis, apesar de a mulher ser responsável pela exploração produtiva de uma média de 70% da terra, contribuindo com 15% do PIB no continente, em termos de posse, a percentagem

apenas vai até 20%.

DEMANDA DEMOGRÁFICA

O geógrafo social Roger Hansine chama atenção para a necessidade de a reforma em curso ter em conta, acima de tudo, o aspecto da evolução demográfica do país.

“O principal elemento que relaciona a política de terras e a questão demográfica em Moçambique é a urbanização. Na maior parte dos países, as áreas urbanas geralmente não ultrapassam mais do que 5% do território nacional, entretanto, é nas áreas urbanas onde vive, no caso de Moçambique, cerca de 40% da população, o que mostra que o acesso à terra é um aspecto crítico. Deste modo, esta revisão deve ter em conta este aspecto, porque este país vai continuar a urbanizar-se”, salientou o académico.

“O país tem estado a urbanizar-se muito rápido, por um lado, pela migração do campo para a cidade, mas, por outro, pela taxa de crescimento natural, que leva a uma explosão demográfica nas cidades. Portanto, é esta explosão demográfica

fica em áreas específicas, que são as cidades, em que a lei deverá se focar”, frisou.

Um dos principais enfoques, segundo o académico, deve ser um alinhamento consistente entre a Lei e o Plano de Ordenamento do Território, que devem ter uma orientação do que queremos para o futuro, de forma a corrigir os problemas actuais.

“As projecções são claras. Daqui a mais duas ou três décadas, metade da população moçambicana será toda ela urbana. Dos cerca de 150 distritos que este país tem, nós sabemos qual será a população em cada local, inclusive em cada uma das nossas cidades. Com este conhecimento, devemos, desde já, pensar que tipo de condições a nossa população terá nessa altura. Caberá aos nossos planificadores, gestores, sociedade em geral intervir, de modo a que se possa desenhar os melhores planos possíveis para o uso e aproveitamento da terra e garantir que eles sejam, efectivamente, implementados”, vincou o geógrafo social.



Agricultura é a principal actividade para as comunidades rurais

Mangal: destruir em nome da pobreza

Cerca de um milhão de hectares de mangal são anualmente destruídos em Moçambique, num crime ambiental que abre caminho para expor cidades e comunidades à mercê da natureza. Em Inhangome, um dos bairros da capital da Zambézia - uma das províncias que mais sofrem com a destruição -, há um retracto de devastação que acontece escudado na pobreza.



Um dos sinais da devastação do Mangal em Inhangome

Redacção

Osom de machados descascando estacas de salgueiro denuncia a ocorrência de um crime ambiental cometido por famílias moradoras de Inhangome, um dos bairros com características rurais, localizado no litoral da cidade de Quelimane, na província da Zambézia.

Adolescentes, jovens e adultos, de ambos os sexos, juntam-se num vas-

to descampado cercado do que ainda resta do mangal, para produzir carvão vegetal, que posteriormente alimenta fogões de famílias e “take aways” na cidade de Quelimane.

“Estou nesta actividade há bastante tempo. A minha vida foi sempre esta: produzir carvão para o meu sustento e da minha família”, explicou um dos carvoeiros.

A produção de carvão é feita à luz do dia, contudo, os carvoeiros sabem que a madeira que usam é de corte proibido. Ainda assim, pref-

erem correr o risco, para ganhar a vida.

“Já ouvi dizer que é proibido, mas não tenho outra forma de ganhar a vida”, disse outro carvoeiro, que, juntamente com a esposa, se encontrava em plena actividade de produção.

“Várias vezes, até já nos foram arrancados instrumentos de trabalho, como enxadas, catanas e machados, mas, depois de as autoridades irem embora, continuamos a produzir o carvão”, sublinhou.



Parcos em palavras, os carvoeiros têm no segredo o seu aliado para manter a sua actividade e negócio, daí que, sobre o local onde fazem o abate do salgueiro, optam por não falar, salientando apenas que actualmente percorrem grandes distâncias com vista a encontrarem plantas com dimensão suficiente para o uso desejado.

“As estacas, cortamos muito longe”, explicou um jovem adolescente que, por estar ciente de estar a praticar uma actividade proibida, não quis revelar o seu nome.

Uma destruição lucrativa

No geral, os carvoeiros de Inhangome disseram à nossa reportagem que as distâncias que percorrem para o abate do salgueiro está a reduzir os níveis de produção do carvão, ainda assim, a actividade continua sustentável.

“Eu costumo produzir, em média, 15 sacos de carvão por mês e cada saco vendemos a 300 meticais”, contou um dos carvoeiros mais velhos que aceitou falar à nossa reportagem.

“Antes, era fácil produzir, porque as árvores estavam próximas. Mas, agora, chegamos a ficar um mês para acumular as estacas, para termos uma quantidade suficiente para as quantidades razoáveis de carvão”, acrescentou.

Segundo contou, para a produção



Produção de carvão com base no tronco do salgueiro em Inhangome

de uma média de quatro a cinco sacos de carvão vegetal equivalentes a 50 kg cada, são necessárias cerca de 30 estacas de salgueiro, que podem representar um abate de pelo menos seis árvores e uma devastação de considerável área de mangal.

Feitas as contas, cada carvoeiro pode ganhar, em média, 3.500 meticais por mês pela prática de uma actividade que, para além da destruição do ecossistema, deixa vulneráveis algumas zonas da cidade.

Dados oficiais indicam que pelo menos sete bairros de Quelimane, nomeadamente, Bairro Novo, Liberdade, Janeiro, Cololo, Icidua, Aeroporto e Sampene estão propensos a inundações, situação que, além de factores de localização geográfica e condições topográficas, tem sido agudizada pela destruição do mangal para produção da madeira e lenha, bem como para construção de casas de habitação, um hábito antigo visível por todo o lado.

Mudanças climáticas baralham produtores do sector familiar



Habitados ao conhecimento secular, os camponeses vêm-se perdidos no tempo e já não conhecem a melhor época para certas sementeiras, ficando tudo à calha, à mercê da bênção da chuva ou à maldição do calor e inundações.

A Revista Terra escalou Xitevele, na localidade de Gueguele, uma região com grande potencial agrícola, mais concretamente as povoações de Matchume e Nwakhombo, onde ouviu histórias de quem vive da terra, a qual hoje pouco dá, comparado com outros tempos.

Sara Gune abraçou a produção agrícola há mais de uma década. Em terras que antes eram apenas campos de produção, vê hoje as zonas de cultivo serem cada vez reduzidas pelo avanço da urbanização, que vai levando mais betão ao invés de sementes. Olha para trás e diz que ser agricultor familiar, hoje, já não é mais a mesma coisa.

Para a presente campanha, por exemplo, conta com cerca de dois hectares de terra cultivada, onde

fez uma combinação de estacas de mandioca, amendoim e milho. No entanto, o verde que era suposto abundar foi substituído por folhas castanhas, fazendo antever uma produção completamente perdida.

“Preparámos a terra, semeámos e tudo germinou sem problemas. Mas, do nada, o calor ficou intenso e as culturas secaram”, lamentou.

A alternância entre calor intenso e chuva fortes, muitas vezes “fora da época”, é uma combinação letal para os pequenos produtores, em quase todo o país.

Sara Gune lembra os tempos em que “havia uma sintonia entre o camponês e a natureza”, que se traduzia em resultados muito positivos.

“Preparávamos a terra e lançáva-

mos as sementes. A chuva caía de forma regular, daí que conseguíamos ter boa colheita, no que concerne ao amendoim, milho e mandioca”, recordou.

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Tal como em muitas comunidades, os agricultores de Xitevele praticam a actividade com base na réplica dos conhecimentos ancestrais.

Hoje, com as mudanças climáticas a baralhar o que antes sabiam, são as autoridades tradicionais a determinar o conhecimento.

“Aqui em Xitevele trabalhamos em coordenação com as estruturas tradicionais. Eles é que determinam quando é que temos de lançar as sementes na terra”, explicou a fonte, que não tem noção das mudanças climáticas na dimensão científica, mas sabe que os tempos já não são os mesmos.

“Notamos que as épocas mudaram. Às vezes, o Inverno demora chegar e, quando lançamos, as sementes não germinam conforme o esperado. Outras vezes, semeamos para o Verão e, também, a estação demora chegar, pelo que fica difícil, pois, actualmente, as épocas nos mostram situações que não conhecemos”, salientou.

Por sua vez, Francisco Mandlate, também agricultor naquela região, aponta a presente época para mostrar que algo mudou nos ciclos produtivos.

“No que concerne ao amendoim, os que conseguiram fazer a sementeira de Setembro e Outubro tiveram boa colheita, mas a sementeira seguinte foi muito afectada pelo calor e, depois, houve muita chuva, que também prejudicou todas as culturas”, explicou.

“Não entendemos sobre as mudanças da época, mas notamos que nos anos em que chove muito e faz muito calor, não temos boa pro-

dução”, frisou.

A título de exemplo, os camponeses dizem que, nos últimos cinco a oito anos, a produção agrícola naquele ponto da província de Maputo tem caído de forma drástica, por causa da forma como a precipitação e o calor se comportam.

“O que fazemos é tentar a sorte. Se acertamos, melhor ainda. Caso contrário, contentamo-nos com os resultados negativos, mas sempre com esperança de dias melhores”, explicou.

PRAGAS: OUTRO FACTOR LETAL

Aliado à chuva e ao sol, as pragas são outro problema que prejudica os agricultores familiares, em diversas áreas de Boane.

“Notamos que as épocas mudaram. Às vezes, o Inverno demora chegar e, quando lançamos, as sementes não germinam conforme o esperado. Outras vezes, semeamos para o Verão e, também, a estação demora chegar, pelo que fica difícil, pois, actualmente, as épocas nos mostram situações que não conhecemos”

Sem acesso à assistência de extensionistas, Sara Gune, tal como outros camponeses, pouco sabe sobre “os bichinhos” que atacam as suas culturas, sobretudo o amendoim.

“Por vezes, durante a colheita, é normal numa planta termos apenas um ou dois amendoins, contudo, não desistimos, porque a agricultura é a base do nosso sustento”, referiu.

Para além do amendoim, o milho é outra cultura que não tem escapado às pragas.

“Por vezes, a nossa esperança está no milho, mas também não

temos bons resultados, por causa dos bichos que comem a planta”, explicou, deixando claro que pouco fazem para conter a situação.

“Os bichinhos só comem até se cansar e, quando chega o tempo, eles desaparecem”, contou.

SEMENTES SIMULADAS

O acesso a sementes melhoradas é um dos factores cruciais para a resistência das culturas face às pragas, mas, em Xitevele, este é um bem bastante escasso.

As nossas fontes dizem que tem havido um exercício ao nível local de se disponibilizar sementes melhoradas, entretanto, consiste apenas em simular misturas.

“O que acontece é que, em coordenação com as autoridades locais, levamos uma quantidade correspondente a uma chávina de chá e eles misturam com outras sementes tratadas. Depois, devolvem-nos a mesma quantidade e, de regresso à casa, misturamos com outras sementes não tratadas”, explicou Sara Gune.

Com efeito, os camponeses de Xitevele lamentam a sua sorte, pois acreditam que, se tivessem acesso a sementes melhoradas e serviços de extensionistas, não mais teriam motivos de queixa.

“Se tivéssemos acesso aos extensionistas, seria um ganho, pois iríamos aprender novas técnicas, pois usamos técnicas de cultivo antigas”, disse Francisco Mandlate.

Mesmo com as adversidades como mudanças climáticas, pragas e sementes melhoradas, Rosita Cossa, outra camponesa de Xitevele, acredita que, não fosse a prevalência do uso da enxada de cabo curto, muitas famílias teriam como compensar a situação.

“Nós que não temos condições de alugar um tractor ou charrua puxada por bois, recorreremos à enxada.

Com isso, acabamos trabalhando pouca terra e, conseqüentemente, temos pouca produção”, sentenciou Rosita Cossa.

“Niassa tem potencial para ser um verdadeiro celeiro nacional”

Com um potencial agro-ecológico suficiente para se tornar num dos celeiros do país, Niassa continua com muitos desafios de produtividade e enormes oportunidades por explorar. Acompanhe a seguir um pouco da radiografia desta província, em entrevista com a governadora Elina Judite Massangela.



Conhecido o potencial agrícola de Niassa, particularmente na produção de cereais, que acções estão em curso para transformar esta província num verdadeiro celeiro e contribuir para a segurança alimentar do país?

Para transformar a Província num verdadeiro celeiro para contribuir na sustentabilidade e segurança alimentar do país, estão sendo levadas a cabo acções de massificação do uso de semente melhorada, fertilizantes e maquinaria agrícola na preparação dos solos, para além da intensificação na assistência técnica aos produtores.

Com estas acções os produtores poderão aumentar sua renda e ter cereais para o seu consumo e para garantir a

segurança alimentar.

Qual é o nível actual de produtividade, por exemplo, na última campanha e quais as perspectivas para a que está em curso, tendo em conta as condições climáticas objectivas que atravessaram esta fase?

A produção alcançada na campanha agrícola 2021/2022, no global, foi de 3.080.224 toneladas, contra 3.045.846 toneladas da campanha 2022/2023, correspondendo a um crescimento na ordem de 1.1% e uma produtividade de cerca de três (3) toneladas por hectare (ton/ha). Na campanha em curso, a província perspectiva alcançar, em termos de cereais,

cerca de 1.441.946 ton, contra 1.415.048 ton da campanha 2021/2022, correspondendo a um crescimento de 2%, com uma produtividade de duas (2) ton/ha. Para as leguminosas, a evolução da produção foi de cerca de 352.229 toneladas na campanha agrícola 2021/2022, para cerca de 363.963 ton na campanha agrícola 2022/2023, que corresponde a um crescimento de 3,3%, com uma produtividade de duas (2) ton/ha. Na produção de raízes e tubérculos, na campanha 2021/2022 foi de 1.279.41 ton, em quanto para a presente campanha, perspectiva-se alcançar 1.281.414 ton. A produtividade ronda cerca de 12 ton/ha. Na produção de hortícolas na campanha agrícola 2021/2022 foram alcançados cerca de 2.546 ton e para a pre-

sente campanha perspectiva-se cerca de 6.603 ton, o que representa um crescimento em 2.2% e a produtividade de 10 ton/ha.

Quais os produtos agrícolas de bandeira na província?

Os produtos agrícolas produzidos na província são, essencialmente, da cadeia alimentar e de rendimento. Nos produtos alimentares temos a destacar os cereais, leguminosas, oleaginosas, raízes tubérculos e hortícolas. Os produtos de rendimentos cultivados são o tabaco, algodão, soja, castanha de caju e macadâmia.

Nas culturas bandeiras destacam-se o milho, feijões, soja, batata reno e batata doce.

Sabemos que a questão do agroprocessamento é um problema sério que faz com que haja um nível considerável de desperdícios, por dificuldades de conservação. O feijão, por exemplo, chega a ter vida bastante curta após a colheita. Como é que está a situação neste momento e quais são as tendências, em termos de solução?

Para aumentar o tempo de vida do feijão e reduzir o desperdício, pós-colheita, o governo tem vindo a sensibilizar o sector familiar a seguir as boas práticas agrícolas de conservação, nomeadamente, o uso de inseticidas e variedades resistentes. Outrossim, em resposta à demanda, o sector privado montou uma fábrica de processamento de feijão no distrito de Lichinga.

Apesar do potencial agrícola que a província tem, até mesmo para produtos pouco tradicionais e próprios para clima fresco e que tem bastante mercado ao nível internacional, como maçãs e outras frutas, em termos de fluxo de investimento parece que Niassa é uma província amaldiçoada. Qual é a sensação da governadora?

Niassa é uma província com condições edafo-climáticas favoráveis para a produção de frutas nativas e exóticas. Distritos como por exemplo Lichinga, Chimbunila, Muembe, Sanga, Lago e Majune são potenciais na produção de maçãs e morangos, macadâmia e litchi. Actualmente regista-se a exportação da macadâmia assim como a saída de morango para diferentes pontos do país.

O que é que falta para que o sector privado nacional e internacional apostem cada vez mais no Niassa para investir e explorar as potencialidades existentes?

A Província tem feito a divulgação das potencialidades em workhops nacionais e internacionais como estratégia

de atração de investimento e tem partilhado a caderneta de potencialidade locais.

Do ponto de vista ambiental, Niassa é tida como uma das províncias que ainda conserva a sua diversidade florestal e faunística. Qual é o real potencial da província e que acções estão em curso e/ou previstas para melhor aproveitamento do potencial.

A cobertura faunística de Niassa é de cerca de 62,4% do território com florestas e vegetação natural, e florestas de Miombo, proporcionando um ambiente favorável para o turismo natural, ecoturismo e sequestro do carbono. Para manter a conservação destes recursos a província está apostando na partilha dos benefícios resultantes da sua exploração e na responsabilidade social. Aposta também na legalização das áreas de conservação comunitária como forma de trazer a conservação e fiscalização para a própria comunidade e, com isso, produzir seus próprios benefícios.

Acções em curso: garantir a exploração dos recursos florestais de forma sustentável através da observância da legislação do sector, com destaque para os requisitos exigidos para o licenciamento florestal, cortes anuais admissíveis nos planos de manejo dos operadores e garantir a fiscalização florestal e faunística.

Sabe-se, também, que Niassa é um dos maiores produtores de mel no país, destacando-se o distrito de Mecula como o que detém grande potencial apícola. Como tem sido feita a exploração deste potencial e que perspectivas para uma certificação, rotulagem e embalagem deste produto para melhor competitividade no mercado internacional?

Sobre a produção do mel não é só o distrito de Mecula, a província conta com seis distritos potenciais que são: Sanga, Lichinga, Majune, Mavago e Marrupa incluindo o distrito de Mecula. Já foram tiradas diversas amostras do nosso mel para a certificação, onde foi concluído que o nosso mel tem qualidade para ser comercializado dentro e fora do país.

De salientar que o distrito de Mecula já está a processar o mel que comercializa ao nível da província e fora dela. Como desafio estamos empenhados em atrair investidores para a massificação da produção e o processamento do mel, localmente.

Olhando para aquilo que constitui o cabaz alimentar da população do Niassa, a província é autossuficiente ou há produtos que,

apesar do potencial, ainda depende de trazer de fora?

A Província do Niassa considera-se auto-suficiente no que tange a produtos agrícolas como são os cereais, leguminosas, raízes e tubérculos. A província não é auto-suficiente na produção de carnes, ovos e leite.

Em termos da pecuária, como é que está a província?

O efectivo pecuário da província tem registado um crescimento nos últimos três anos, em todas as espécies de interesse pecuário. Sobre a criação de frango, a província tem 241 criadores, dos quais cinco (5) são comerciais, com a capacidade acima de 15.000, e os restantes são do sector familiar, que cria com número abaixo de 300. Neste momento, em termos de frango vivo, a província tem capacidade de fornecer.

Uma outra potencialidade de Niassa é criação de ovinos, uma espécie quase escassa na maioria das províncias do país. Que perspectivas e planos para a sua massificação e melhoria dos níveis de reprodução, incluindo melhoria das espécies?

A carne ovina continua a ser menos consumida, mas, apesar disso, o efectivo regista um crescimento aceitável. Como estratégia do sector, continuamos a sensibilizar a população para o consumo da carne, por ser de alto valor nutritivo. De salientar que o maior consumidor é a cidade de Lichinga. Outra estratégia é a construção de infra-estruturas pecuárias como corredores de tratamento, casas de abate, centros de manejo, mercados de vendas de pequenos ruminantes, ou feiras regulares onde a espécie ovina será incluída, fazendo com que estimule a venda e o consumo desta espécie.

O Lago Niassa é um verdadeiro “mar de água doce”, como o designam um escritor nacional. Que potencialidades existem neste lago?

O Lago Niassa tem grande potencial na pesca artesanal, com cerca de 400 espécies de peixe, com destaques para a Ossipa, Chambo, Malobolo, Utaca, Sangica, Micheni, entre outras espécies. Em termos de volume, tem mais de 20.000 ton de pescado por ano. Também tem potencialidade turística proporcionada pelas suas praias, com águas tranquilas e transparentes, proporcionando a pesca desportiva.

Quais são os planos para a sua exploração sustentável?

Como plano para a exploração sustentável dos recursos no Lago Niassa, desenvolvemos acções de ordenamento

A TABELA ABAIXO ILUSTRA O EFECTIVO PECUÁRIO DE 2019 – 2022

Bovinos



2019-2020	2020-2021	2021-2022
31.507	34.074	36123

Caprinos



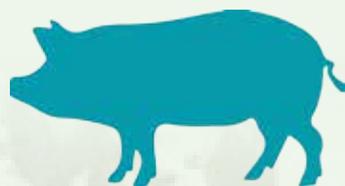
2019-2020	2020-2021	2021-2022
428.314	436.418	451.777

Ovinos



2019-2020	2020-2021	2021-2022
83.145	90.236	93923

Suínos



2019-2020	2020-2021	2021-2022
63.919	80.725	97.320

Aves



2019-2020	2020-2021	2021-2022
3.865.561	5.750.178	6.087.302

Total Período do arrolamento pecuário

4.472.446

2019-2020

6.391.631

2020-2021

6.766.445

2021-2022

da actividade pesqueira com o licenciamento de artes de pesca e promovemos períodos de veda da actividade de pesca. Por outro lado, trabalhamos para atrair investimento em infra-estruturas de processamento, conservação e comercialização do pescado.

Em termos de exploração sustentável do peixe “tchambo”,

que é um dos cartões-de-visita de Niassa, incluindo a criação de uma indústria de processamento, conservação e embalagem para colocação em outros mercados, alguma perspectiva?

Faz parte dos desafios do sector pesqueiro, de uma forma geral, inserido no âmbito da atracção de investimentos para infra-estrutura da cadeia de valor da pesca.

Em jeito de conclusão, qual é o legado que pretende deixar na província, como marco da sua passagem pela governação?

Queremos deixar Niassa com um desenvolvimento sustentável, quer ao nível ambiental, quer social e mesmo em termos económicos, com base nos recursos minerais, lacustres, florestais.

Agricultura: produção de comida subalternizada

Um estudo produzido pelo Fórum de Monitoria e Orçamento (FMO) classifica de fraca a aposta do Governo na produção alimentar, para garantir a segurança alimentar, um objectivo subalternizado pelo foco no fomento de culturas de exportação, como algodão e castanha de caju.

Redacção

O estudo, intitulado “Economia Política da Alocação de Recursos na Agricultura em Moçambique: um olhar a partir da execução do Orçamento do Estado em 2021”, analisa a estrutura da despesa pública neste sector produtivo e conclui haver contradições entre os objectivos estratégicos definidos e as prioridades orçamentais.

“Os dados da execução orçamental mostram que, por exemplo, embora o Governo declare publicamente interesse em promover a segurança alimentar, por via do fomento de culturas alimentares para o consumo doméstico e em-

prego para os agregados familiares mais pobres, a estrutura da despesa pública na agricultura indica para uma direcção contrária”, refere o estudo, salientando haver uma secundarização da produção de comida a favor da aposta em culturas de exportação.

“As culturas efectivamente fomentadas são o algodão e o caju, culturas primárias viradas essencialmente para a exportação”, o que “revela uma continuidade do papel do Estado na promoção e consolidação de uma agricultura de natureza extractiva”, aponta o estudo.

Com base nas contas de 2021, o estudo mostra que projectos voltados para as culturas de algodão e caju tiveram um orçamento de quase 968 milhões de meticais e

uma realização acima de 70%, enquanto a produção de outras culturas, que “fica distribuída por outras iniciativas menos expressivas de direcções e delegações provinciais para a promoção da agricultura”, teve um grau de realização do Orçamento menor que 50%.

Por outro lado, a fonte critica o foco da intervenção dos parceiros internacionais de cooperação no sector agrícola, que considera estar a influenciar medidas sem sustentabilidade para o país.

“Estes (doadores) concentram-se na busca de resultados de curto prazo para prosseguir fins políticos, ao invés de soluções para os problemas estruturais, como a insegurança alimentar, cuja solução requer projectos de longo prazo”, avalia.





PONTO DE VIRAGEM

Perante as leituras feitas, o estudo sugere a necessidade de uma mudança de orientação da política do Governo em relação à agricultura, de forma a inverter a pirâmide.

“Uma mudança política daria maior enfoque à produção de culturas alimentares, para abastecer o mercado nacional a preços acessíveis. Para tal, o Governo deveria adoptar medidas de políticas para estimular a produção e comércio local (acesso ao mercado)”.

Neste sentido, aponta-se como medidas essenciais o investimento público em infra-estruturas como estradas, pontes, regadios e energia, “para viabilizar a produção e comercialização agrícola”, bem como a revisão dos impostos em toda a cadeia de produção de produtos básicos para o consumo, nomeadamente, hortícolas, cereais, frutas, entre outros produtos.

Por outro lado, os autores do estudo defendem a necessidade de uma outra abordagem na mobilização de recursos para o financiamento

da agricultura. “O Governo deveria mobilizar recursos para garantir o financiamento da produção de produtos agrícolas básicos para o consumo local, através de alocações específicas no Orçamento do Estado, para financiar o desenvolvimento destas actividades”.

No geral, o estudo salienta que o objectivo primário no sector agrícola, que deve ser garantir a segurança alimentar, só será alcançado com o equilíbrio da balança entre a agricultura de rendimento e de produção de bens de consumo.

Governo americano disponibiliza novos fundos para sector agrícola

O governo dos Estados Unidos da América (EUA) anunciou a 30 de Agosto, a disponibilização de um fundo de 170 milhões de dólares, para apoiar o desenvolvimento da agricultura no país.

Redacção

O valor deverá ser aplicado em projectos que visam “construir sistemas alimentares inclusivos, resilientes e sustentáveis e que promovam um Moçambique mais saudável e próspero” indica um comunicado da Embaixada dos EUA em Maputo, recebido na nossa redacção.

Segundo a nota, o novo portfolio financeiro faz parte da iniciativa

global do Governo dos EUA para a fome e segurança alimentar, Feed the Future (FtF) e tem no leque de prioridades projectos visando apoiar agricultores e as comunidades na busca de mais saúde, mais alimentos e maiores rendimentos, a promoção de Sistemas de Mercado Agrícola Inovadores e Resilientes e a criação de resiliência costeira nas províncias da Zambézia e Nampula.

“Estes fundos irão para programas agrícolas inovadores que

beneficiam mulheres, jovens e comunidades vulneráveis nas províncias do centro e norte de Moçambique. Os mesmos irão ligar os agricultores a novas tecnologias, práticas e serviços que irão aumentar a produtividade e os rendimentos rurais, melhorar a nutrição e a segurança alimentar, e construir o sector privado do agronegócio” explicou o embaixador norte-americano em Moçambique, citado no comunicado.

Vilankulo abre época de pesca artesanal com projecção para aumento da captura

Depois de três meses de veda, o distrito de Vilankulo reabriu neste mês, a campanha de pesca artesanal para o período 2023/2024.

De acordo com dados oficiais fornecidos pelos Serviços Distritais de Actividades Económicas (SDAE), o plano para este ano é de pouco mais de quatro mil toneladas (4.067,4), correspondentes a um aumento de produção de 10%, comparativamente a campanha passada.

A abertura oficial da campanha teve lugar no dia 1 de Setembro corrente e foi marcada pela realização de uma feira de mariscos que, teve “como objectivo, divulgar os frutos do mar preservados pela veda e assegurar que não haja perdas-pós-captura por a falta de compradores”. O distrito de Vilankulo tem uma linha de costa de mais de 150 km, explorada por cerca de 2970 pescadores artesanais (em particular), que integram dez Conselhos Comunitários de Pesca e uma associação.

De entre os frutos do mar que identificam o distrito de Vilankulo constam as ostras, camarão, lagosta, polvo e muitas variedades de peixe, maioritariamente vendidos no mercado nacional.



Niassa lança I Fórum de Investimentos no Agronegócio

A província do Niassa vai acolher nos dias 9 e 10 de Novembro próximo, na cidade de Lichinga, o I Fórum de Investimentos na Agricultura e Agronegócios.

O fórum, que será realizado em conjunto com a Confederação das Associações Económicas de Moçambique (CTA), através do seu Conselho Empresarial Provincial, terá como lema “Agricultura e Agronegócio como factores dinamizadores do desenvolvimento da

província do Niassa”.

Falando durante o lançamento do evento, no decurso da 58ª edição da Feira Internacional de Maputo (FACIM), a Secretária de Estado da província, Lina Portugal, destacou as potencialidades locais, com destaque para as cadeias de valor do milho, trigo e macadâmia e convidou o empresariado nacional e estrangeiro a apostarem no Niassa, como um ponto viável para investimento.

Niassa vai acolher nos dias 9 e 10 de Novembro próximo, na cidade de Lichinga, o I Fórum de Investimentos na Agricultura e Agronegócios

Nossos Serviços na Área de Construção

Oferecemos uma diversa gama de opções aos nossos clientes

CONTACTE-NOS NA:

1 Litchie Road, Vintonia, Nelspruit, Mpumalanga

Ou através do email:

sales@rotundaplanthire.co.za

Tel: +72 (82) 966 1652

Tel: +27 (83) 577 6398

Webpage: <https://rotundaplanthire.co.za/>





Citrinos: fraca absorção continua a gerar desperdícios em Inhambane

No presente ano, a produção atingiu quase 460 mil toneladas, mas o nível de desperdício, sobretudo da tangerina, continuam alto, por conta da falta de fábricas para absorver a produção.

A província de Inhambane, uma das maiores produtoras de citrinos a nível nacional, registou este ano um crescimento de 5% do nível de produção de laranja e tangerina, comparativamente à época transacta, indicam dados oficiais da Direcção Provincial de Agricultura.

Segundo os dados a que a Revista Terra teve acesso, a província registou, no primeiro semestre do ano em curso, 459.653 toneladas, contra 437.765 na época anterior, facto que, segundo o Director Provincial da Agricultura, Francisco Matanganhete, se deve, sobretudo, ao nível de cuidados que se tem dado aos pomares.

“Periodicamente, decorrem acções de intensificação de podas e limpezas nos pomares, o que permitiu alcançar níveis de produtivi-

dade de cerca de 459.653 toneladas de citrinos no I Semestre de 2023”, explicou Francisco Matanganhete.

Paralelamente, a província tem apostado na renovação dos pomares, contando, para o efeito, com cinco viveiros implantados nos distritos de Inharrime, Homoíne, Massinga, Morrumbene e Vilankulo, de onde saem mudas para novos plantios.

Dados oficiais indicam que Inhambane conta com pouco mais de três milhões de plantas em idade produtiva, o que permite uma produção média anual de cerca de 431.230 toneladas de citrinos.

Jangamo, Zavala, Inharrime, Morrumbene, Massinga e Vilankulo, largamente dominados pelo sector familiar, são os distritos que apresentam maior volume de produção, representando uma contribuição de 90,6%.





5%

PERCENTAGEM DA TANGERINA PERDIDA

Dados oficiais indicam que a tangerina apresenta maior nível de desperdícios, devido ao reduzido tempo de duração pós-maturação.

TANGERINA LIDERA DESPERDÍCIO

Um dos problemas que continua a assolar a produção de citrinos em Inhambane é o nível de desperdício, que se regista, sobretudo, na fase de pico da produção.

Em termos médios, dados oficiais indicam que 5% da produção se perde após a maturação, devido a factores como a falta de indústria de processamento para absorver a fruta, baixa demanda em períodos de pico e “fraca dinâmica de mercado, o que se consubstancia nas fracas ligações entre os locais de produção e de con-

sumo”.

A província conta, apenas, com duas fábricas de processamento de fruta desidratada, instaladas nos distritos de Inharrime e Morrumbene, que comercializam os seus produtos no mercado nacional, além da exportação para África do Sul e parte da Europa.

“Tendo em conta a capacidade que a província detém, certamente, era preciso que as fábricas aqui instaladas tivessem maior capacidade de absorção ou mesmo que houvesse mais indústria para o efeito”, avaliou

Matanganhete.

Em termos globais, a tangerina apresenta maior nível de desperdício, devido ao nível de sensibilidade pós-maturação e fraca absorção pelo mercado.

Já no que diz respeito à laranja, as pragas, com destaque para a mosca da fruta, têm sido a principal causa de desperdício, contudo, o nível do desaproveitamento é considerado muito baixo, devido à elevada procura e absorção pelo mercado nacional, com destaque para a cidade e província de Maputo, além do consumo local.



Produção nacional de leite fresco em queda

A produção nacional no ano passado foi a mais baixa desde 2017

Moçambique registou, no ano passado, uma redução em cerca de 25% da produção de leite fresco, indicam dados recentes do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.

De acordo com a informação contida no último Boletim de Estatísticas de Pecuária, em 2022, o país produziu um total de 2.436.697 litros, contra 3.235.774 litros do ano anterior, no entanto, o documento não revela as causas da queda da produção.

Ainda segundo os dados, contribuiu para a redução nacional a queda em cerca de 50% da produção na província de Sofala. Esta que é a segunda maior produtora do país, com uma contribuição de 26%, registou, no ano passado, uma produção de pouco mais de 630 mil litros, contra um milhão e trezentos mil litros em 2021.

Refira-se que Manica continua a ser a maior produtora, com 44% da produção global. No ano passado, a província produziu pouco mais de 1,7 milhão de litros, volume que esteve relativamente abaixo do de 2021.

A produção nacional do ano passado foi a mais baixa desde 2017, altura em que o país produziu pouco mais de 2,5 milhões de litros.



Sector familiar domina produção de gado no país

Moçambique registou um crescimento de cerca de 66% do efectivo do gado bovino na última década, tendo atingido em 2022 um total de 2 320 248 cabeças, indica o mais recente Boletim de Estatísticas Pecuárias, divulgado em Abril pelo Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER).

De acordo com a fonte, o sector familiar continua a dominar a criação bovina, representando um total de 89%, contra 11% do sector privado.

A criação é dominada por vacas de corte, que representam 38%, enquanto para a produção leiteira, o país conta com menos de 1% do efectivo nacional de gado, o que em termos numéricos equivale a pouco menos de três mil cabeças.

Em termos de espécies, destaque vai para os touros, por ser uma espécie que até então era pouco usual no sector familiar, mas que actualmente já representa 8% do efectivo nacional e 9% do que está na posse do sector familiar

A província de Gaza detêm maior efectivo de gado, que até o final do ano passado situava-se, segundo o boletim, em 543 852, o que representava 22,5% dos bovinos do país.

A província de Maputo vinha em segundo lugar, com cerca de 340 mil cabeças (16%), seguida de Inhambane e Tete, com uma percentagem de 15% do gado bovino nacional cada uma.

Três províncias com mais suínos que o resto do país

As províncias de Tete, Sofala e Gaza apresentam maior número de suínos que um resto do país, com um total de 52% da criação nacional.

Com 444 772 suínos, a província de Tete é a maior criadora, representando 24% do que o país possuía, seguida de Sofala (16%) e Gaza com 12 por cento. Zambézia e Inhambane seguem na lista dos maiores criadores, com níveis percentuais de 10% cada uma.



MAIS CABRITOS NO CENTRO

Ao nível dos pequenos ruminantes, com destaque para cabritos, a zona centro domina o país em termos de efectivo em criação.

O boletim que temos vindo a citar indica que até finais do ano passado o país contava com pouco mais de quatro milhões de caprinos, dos quais mais de Um milhão de cabritos, representando 23%, estavam na província de Tete.

Sofala é a segunda maior criadora com pouco mais de 800 mil (19%) e Gaza segue em terceiro, com cerca de 490 mil caprinos (11%).



Província de Maputo lidera na produção de carne bovina e frango

Redacção

Moçambique produziu em 2022 pouco mais de 20 mil toneladas de carne bovina, representando um crescimento de 13%, comparativamente ao ano anterior.

De acordo com dados do Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MADER), no total o país produziu no ano passado 20.051 toneladas, contra 17.781, em 2021.

A província de Maputo, maior criadora de gado bovino, contribuiu com 9.358 toneladas, o correspondente a perto da metade da carne que se consumiu no país (47%), seguida de Nampula e cidade de Maputo, que contribuíram com 10% cada uma.

No que diz respeito a carne de pequenos ruminantes, o país produziu 3 725 toneladas, sendo 3 166 toneladas de cabrito e 559 de ovelha.

Sofala, Nampula e Tete foram as províncias que mais carne de cabrito forneceram, enquanto de Cabo Delgado e Nampula houve



mais ovino.

Ao nível do frango, a província do Maputo produziu no ano transacto, perto de 100 toneladas, representando 68% da produção nacional. Nampula foi a segunda com 16 mil toneladas (11%) e Manica, com 12 mil toneladas deu ao país 9% do total.

Em termo de carne suína, o país

produziu no ano passado 3 586 toneladas, com as províncias de Nampula, Sofala, Zambézia e Inhambane como as maiores produtoras.

A produção de carne suína em 2022 representou o triplo em 10 anos, onde os dados mostravam uma disponibilidade de carne suína nacional na ordem de pouco mais de um milhão de toneladas.

Produção de ovos cada vez crescente

O país continua a registar o crescimento assinalável do nível de produção de ovos de consumo, não obstante o mercado nacional ser dominado pelas importações, com destaque da vizinha África do Sul.

De acordo com dados oficiais, no ano passado o país produziu um total de 26 516 467 dúzias, sendo as províncias de Maputo, Manica, e Nampula, aquelas que mais se destacam, com cerca de 90% da produção nacional.

Em termos de evolução na última década, os anos 2013 e 2014 foram os que registaram a produtividade mais baixa, com pouco mais de nove milhões de dúzias.





Start up aposta em substratos naturais para promover agricultura orgânica

De olho na agricultura orgânica, jovem aposta na casca de coco e pinho para criar adubos e desenvolver um negócio com uma visão de longo alcance.

Redacção



Na vila Boane, visitamos a Fertinegócios, uma empresa vocacionada à produção e comercialização de fertilizantes e mudas de plantas produzidas com base em métodos orgânicos. Fundada em 2018, a pequena empresa conta, igualmente, com uma unidade de produção de hortícolas orgânicas, localizada no distrito de Namaacha, que se tornou um dos campos de aplicação dos seus adubos.

O inovador projecto foi criado por Rui Machuza, um gestor financeiro que acabou migrando para o sector agrícola, por influência familiar.

“Eu formei-me em Gestão Financeira e Bancária. O pouco conhecimento de agricultura que tinha, na altura, obtive do meu falecido irmão, que tinha uma microempresa ligada ao agro-negócio”, explicou.

Ciente de que o conhecimento era exíguo, o empreendedor diz que precisou de ir à África do Sul, buscar experiências junto de produtores locais.

Já com as bases consolidadas, regressou ao país para colocar mãos à obra.

Machuza conta que se “aventurou “no agro-negócio à procura de inde-

pendência financeira e, hoje, orgulha-se de ser um dos poucos produtores de substratos orgânicos no país.

“Podem até existir produtores de pequena escala, mas neste momento sou o único que produz e comercializa substratos orgânicos em Moçambique. Antes de começar a produzir, os substratos eram importados da África do Sul e Brasil. Acredito que há um grande mercado no país e eu quero conquistá-lo”, disse, realçando que “o desafio agora é apostar em análises laboratoriais, para comprovar a qualidade dos meus produtos”.

A Fertinegócios tem, actualmente, uma carteira de clientes fidelizada em toda a zona sul do país e nas províncias de Tete e Zambézia.

Deste grupo, fazem parte cadeias de supermercados e a Agribusiness Systems, produtora de mudas de plantas, bem como algumas organizações que recebem fundos do Governo para distribuir insumos às comunidades.

Com esta carteira de clientes, cerca 500 sacos de substratos são vendidos por mês.

No entanto, o jovem mostra-se ambicioso e revela que o grande desafio é a cobertura nacional.



Lançado novo Fundo Global para preservação da biodiversidade

Representantes de 185 países aprovaram no passado dia 24 de Agosto do corrente ano, na cidade de Vancouver, no Canadá, o lançamento de um novo Fundo Global para apoio a acções de protecção da biodiversidade ao nível mundial.

Redacção

O Fundo, aprovado no decurso da Sétima Assembleia do Fundo Global para o Ambiente (GEF), nasceu com uma contribuição inicial de pouco mais de USD 260 milhões disponibilizados pelo Canadá (cerca de USD 7.3 milhões) e o Reino Unido (cerca de USD 252 milhões), valores que serão aplicados para apoiar acções visando “travar e reverter a perda de biodiversidade até 2030 e a colocar a natureza num caminho de recuperação até 2050”.

De acordo com um comunicado de imprensa do GEF, o novo “foi concebido para mobilizar e acelerar o investimento na conservação e sustentabilidade de espécies e ecossistemas selvagens, cuja saúde está ameaçada por incêndios florestais, inundações, condições meteorológicas extremas e actividade humana, incluindo a expansão urbana”.

“À medida que enfrentamos o desafio crítico de travar e reverter a perda de biodiversidade em todo o mundo, trabalhar em conjunto nunca foi tão importante. A nossa contribuição inicial para o Fundo Quadro Global para a Biodiversidade demonstra a

dedicação contínua do Reino Unido à protecção da diversidade natural do nosso planeta – e através da cooperação internacional vital estamos a preparar o caminho para um futuro mais sustentável para o nosso planeta”, afirmou a Ministra da Natureza do Reino Unido, Trudy Harrison, durante a Assembleia.

Segundo o comunicado a que tivemos acesso, o novo fundo mobilizará e desembolsará recursos novos e adicionais de fontes públicas, privadas e filantrópicas, com foco na sustentabilidade da biodiversidade e dos ecossistemas.

FAO SAUDA

A Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) saudou o lançamento do novo Fundo Global para a diversidade, aprovado na Sétima Assembleia do Fundo Global para o Ambiente, que teve lugar nesta semana no Canadá.

“O Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal coloca os sistemas agroalimentares na vanguarda de um enorme desafio que exigirá importantes recursos financeiros, coordenação e compromisso para implementar soluções vantajosas para as pessoas e para o planeta”.

“O novo Fundo é também uma parte essencial da ação climática e um passo crítico para tornar estas soluções uma realidade”, afirmou a Diretora-Geral Adjunta da FAO, Maria Helena Semedo.

A FAO considera que o Fundo é também um instrumento essencial para o desafio da transformação do sistema agroalimentar, destacando desta forma a importância da nova iniciativa.

“Mais de metade das metas do Quadro de Biodiversidade estão diretamente relacionadas com os sectores agroalimentares” indica a FAO no seu site da Internet, destacando a ligação existente com os seus principais indicadores, nomeadamente, é a restauração de ecossistemas, unidades populacionais de peixes, áreas sob agricultura produtiva e sustentável e gestão florestal sustentável.

“A transformação dos sistemas agroalimentares para os tornar mais sustentáveis pode desbloquear soluções que geram múltiplos benefícios, incluindo a salvaguarda da biodiversidade, que pode ajudar a enfrentar os desafios colocados por condições ambientais e circunstâncias socio-económicas diversas e em mudança” escreve a FAO.





Serviços GRÁFICOS

Melhoramos a sua
comunicação com
estilo e **inovação**

Para qualquer tipo de serviços
contacte-nos através do e-mail:
terramediamz@gmail.com



SUA IMAGEM
ARTE & COMUNICAÇÃO



Revista Terra

Rua da Resistencia n.º 1642, 3º Andar, Porta
M Telef.: +258842399758, +258847344482
e +258821233910

Email: terramagazinemz@gmail.com